

ESTUDO HISTÓRICO DO COMPLEMENTO ACUSATIVO DE 2ª PESSOA DO SINGULAR

ESTUDIO HISTÓRICO DEL COMPLEMENTO ACUSATIVO DE LA SEGUNDA PERSONA
SINGULAR

HISTORICAL STUDY OF THE ACCUSATIVE 2ND PERSON SINGULAR COMPLEMENT

Camila Duarte de Souza*

Célia Regina dos Santos Lopes**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é estudar a variação dos complementos acusativos de 2ª pessoa do singular (2P) ao longo de um século (1880-1980). Além do clítico *te*, previsto pela tradição gramatical, outras formas também podem ocorrer no português brasileiro, como o pronome *você*, os clíticos *lhe* e *o/a* e, até mesmo, o objeto nulo. Para tanto, parte-se de um *corpus* constituído por 504 cartas pessoais cariocas. Como aparato teórico-metodológico, utiliza-se a Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012). Em síntese, o estudo revelou que a estratégia acusativa mais utilizada foi o clítico *te*, independentemente do tratamento empregado na posição de sujeito (*tu*, *você* ou *tu~você*), em cartas familiares e amorosas e ao longo de todo o século em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: complemento acusativo; pronomes de 2ª pessoa; cartas pessoais.

* Mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. E-mail: miladuarte20@gmail.com.

** Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, área Língua Portuguesa, especialidade Sociolinguística Histórica. Bolsista de Produtividade 1D do CNPq. Email: celiar.s.lopes@gmail.com.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es estudiar la variación de las formas de complemento acusativo en la segunda persona del singular (2P) en un periodo de más de un siglo (desde 1880 hasta 1980). Además del clítico *te*, contemplado por la tradición gramatical, otras formas pueden darse también en el portugués de Brasil, como el pronombre *você*, los clíticos *lhe* y *o/a* e incluso el objeto nulo. Con este fin, se analiza un corpus que consiste en 504 cartas personales escritas en Río de Janeiro. Como perspectiva teórica y metodológica, se utiliza la Sociolingüística Histórica (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEX-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012). En resumen, el estudio reveló que la estrategia del acusativo más utilizada fue el clítico *te*, independientemente del tratamiento utilizado en la posición de sujeto (*tu*, *você* o *tu-você*), en las cartas de familia y de amor, durante todo el siglo estudiado.

PALABRAS CLAVE: complemento acusativo; pronombres de 2ª persona; cartas personales.

ABSTRACT: The aim of this work is to study the variation of the 2nd person accusative complements over the course of a century (1880-1980). Besides the clitic *te*, which is found in grammatical tradition, other forms may also occur in Brazilian Portuguese, such as the pronoun *você*, the clitics *lhe* and *o/a* or even a null object. Therefore, we use a *corpus* composed of 504 personal letters written in the state of Rio de Janeiro, Brazil. The theoretical-methodological framework used is based on historical Sociolinguistics (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEX-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012). In sum, this research has shown that the most frequent accusative strategy was the clitic *te*, regardless of the address form used in the subject position (*tu*, *você* or *tu-você*) in familiar and love letters throughout the studied century.

KEYWORDS: accusative complement; 2nd person pronouns; personal letters.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar resultados referentes à variação entre as formas pronominais acusativas de 2ª pessoa do singular (doravante 2P). Para tanto, utiliza-se um *corpus* formado por 504 cartas pessoais escritas por indivíduos oriundos do Rio de Janeiro no período de 1880 a 1980. Trata-se de 100 anos de produção escrita que coincide com a fase de implementação da forma *você* no português brasileiro (doravante, PB), segundo Duarte (1995), Rumeu (2004), (2008), Machado (2006, 2011) e Souza (2012). Esses estudos, feitos com base em cartas e peças teatrais, mostraram que o pronome *você* começou a suplantir o emprego de *tu* na função de sujeito a partir dos anos 1920-30. Destaca-se, entretanto, que a mesma implementação da forma *você* ou de formas de seu paradigma não parece ocorrer nas outras posições da sentença, como se pretende mostrar.

Uma das consequências da inserção de *você* no sistema pronominal do PB foi a coexistência de diferentes subsistemas de representação da 2ª pessoa do singular com importantes variações nos planos geográfico, sociolinguístico e pragmático (*tu e/ou você*). No que tange ao complemento verbal aqui estudado, nota-se que tal inserção não se deu no mesmo ritmo de implementação, pois houve a retenção do pronome original acusativo – o clítico *te*. Formas acusativas do paradigma de *você*, como os clíticos *lhe* e *o/a* e o pronome lexical *você*, se inseriram no quadro pronominal de segunda pessoa, desempenhando também tal função.

Dessa forma, o presente trabalho visa acompanhar cronologicamente o comportamento da 2ª pessoa na função de complemento verbal acusativo (para a tradição gramatical, objeto direto), observando sua associação com o espraio de *você* na posição de sujeito. Quanto ao aparato teórico-metodológico, utilizam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica (cf. CONDE SILVESTRE, 2007) para contemplar questões relativas ao perfil social dos informantes de sincronias passadas. Como hipóteses, acredita-se que i) diferentemente do observado para a posição de sujeito, a função acusativa apresentaria uma maior resistência à entrada do pronome do *você*, sendo, então, o clítico *te* a estratégia acusativa mais empregada (LOPES; CAVALCANTE, 2011; LOPES, 2008); ii) o clítico *lhe* seria produtivo em contextos formais, isto é, de [+monitoramento] nas cartas de remetentes ilustres mais letrados (GOMES, 2003; ALMEIDA, 2009); iii) as cartas amorosas favoreceriam o uso da forma relacionada ao paradigma de *tu* – clítico *te* – por seu caráter mais íntimo; e iv) o pronome lexical *você* começaria a atuar como pronome acusativo de 2ª pessoa a partir das décadas de 1920 e 1930, uma vez que nessa época a forma *você* teria sido implementada no quadro de pronomes pessoais na maioria das regiões brasileiras, conforme já foi salientado.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, detalha-se o fenômeno em análise na seção 2; apresentam-se o *corpus* e os motivos que nortearam a escolha por um trabalho com cartas particulares na seção 3; em 4, comentam-se a fundamentação teórica da pesquisa e sua metodologia. Os resultados da análise das estratégias acusativas de 2P serão discutidos em 5; por fim, em 6, apresentam-se as considerações finais.

2 O FENÔMENO EM ANÁLISE

O acusativo é um dos seis casos que existiam no latim e corresponde ao objeto direto. Para essa posição sintática, em referência à segunda pessoa, a tradição gramatical prevê o uso do clítico *te*. Entretanto, sabe-se que, com a entrada do *você* no sistema pronominal do português, outras formas também passaram a desempenhar a referida função, empreendendo uma variação na posição acusativa de 2P, conforme os exemplos a seguir:

- Clítico *te*

(1) “Como não posso **te** abraçar amanhã envio te com esta milhares de beijos abraços e votos pela tua felicidade e dos teus.” (Carta da Família Penna, 24-12-1907)

- Clítico *lhe*

(2) “Com affecto **lhe** abraço e sou sua irmã nos Santíssimos Corações de Jesus e Maria Sor Maria da Divina Pastora. Religiosa do Bom Pastor” (Carta da Família Pereira Ferraz, 05-07-1922, grifo nosso)

- Clíticos de 3ª pessoa (*o, a, lo, la no, na*)

(3) “Termino querida Irmã abraçando-**a** ternamente e enviando muitos carinhos e sou nos Santíssimos Corações de Jesus e Maria[...]” (Carta da Família Pereira Ferraz, 16-02-1919, grifo nosso)

- Pronome lexical *você*

(4) “A humilhação é nossa vida estou convencida, e ainda que custa deseJô abraçar - **Você** meu irmão querido deve ter compreendido, que ainda com muitas faltas desejo trabalhar pela minha santificação.” (Carta da Família Pereira Ferraz, 01-02-1948, grifo nosso)

- Objeto nulo

(5) “Oh que saudades tenho tuas, meu filho querido! ha 4 mezes que não tenho o consolo de te ver e **Ø** abraçar.” (Carta da Família Pereira Ferraz, 27-11-1912, grifo nosso)

A chamada simetria no sistema de tratamento prevista, principalmente, nos manuais de ensino de português, conforme discute Lopes (2012), prevê que o clítico *te* deve ser utilizado quando se usa o pronome *tu* na posição de sujeito, mas se o falante/escrivente tratar seu interlocutor por *você*, devem, neste caso, ser empregadas as formas correspondentes ao paradigma de *você*, originalmente de 3ª pessoa, ainda que sua interpretação semântico-discursiva seja de 2ª pessoa. Estariam, nesse caso, as formas *você*, além do clítico *o/a* e do *lhe*, acumulando a função dativa e acusativa. A entrada de *você* no sistema pronominal de segunda pessoa cindiu tal simetria, criando um quadro sincrético de formas de *tu* e de *você* em referência à 2ª pessoa.

No que tange ao uso dos pronomes acusativos de 2P, algumas pesquisas já se debruçaram sobre esse complemento na sincronia atual. Almeida (2009) estudou a fala de cidadãos de Salvador e encontrou seis formas para se dirigir ao interlocutor, a saber: clítico *te*, clítico *lhe*, pronome lexical *você*, objeto nulo, clíticos *o/a* e pronome de tratamento *senhor/senhora*. Os dois últimos, no entanto,

foram excluídos da análise pela autora, por apresentarem uma quantidade irrisória de dados. A pesquisa evidenciou uma forte concorrência entre os clíticos *te* e *lhe* na cidade em questão, com os seguintes percentuais de frequência: 36% e 37%, respectivamente. Um dos fatores que parece nortear a escolha por um ou outro clítico é o grau de monitoramento: enquanto o falante prefere usar o *lhe* em contextos de [+monitoramento], o pronome *te* é favorecido em contextos de menor formalidade. Quanto às demais estratégias, o objeto nulo foi a terceira forma mais utilizada (21%), seguida do pronome *você*, com somente 6% no estudo de Almeida (2009).

Camargo Jr. (2007) estudou a realização do acusativo de 2P, utilizando um *corpus* formado por textos (formais e informais) de alunos do Ensino Fundamental II de uma escola particular da cidade de São Paulo. No que refere ao tipo de clítico empregado, o autor verificou que, em situações formais, os clíticos *o/a* foram mais empregados (61,5%), ao passo que o *te* foi mais frequente em contextos informais, com 84,4% (resultado semelhante ao de Almeida (2009). Já o pronome *lhe* foi o menos produtivo.

Dalto (2002) estudou o funcionamento dos pronomes-objeto de 1ª e de 2ª pessoas nas capitais dos três estados da região Sul do Brasil, utilizando, para tanto, amostras de fala que fazem parte do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil). Em relação à 2ª pessoa, a autora constatou, nas três cidades sulistas, que o clítico *te* foi majoritário e que o objeto direto é um contexto que não favorece o objeto nulo. Nunes de Souza e Coelho (2013)¹, ao analisarem cartas pessoais produzidas por remetentes catarinenses nos séculos XIX e XX, identificaram na documentação do século XIX o emprego categórico do clítico *te* como acusativo. Para o século XX, as autoras mostram que o *te* se mantém majoritário, embora sejam identificadas as formas clíticas variantes *o(s)*, *a(s)* em função do aumento da presença, na amostra, de cartas em que os remetentes empregam formas do paradigma de *você*.

Em termos históricos, Lopes e Cavalcante (2011) analisaram as consequências da implementação do *você* no quadro do PB a partir da correlação entre o avanço dessa nova forma na posição de sujeito e a retenção do clítico *te* como complemento acusativo e dativo. No trabalho, foram utilizadas cartas pessoais cariocas escritas entre o final do século XIX até a metade do século XX. O pronome *te* foi o mais frequente tanto como objeto direto quanto como objeto indireto (dativo), mostrando-se majoritário independentemente do tratamento empregado na posição de sujeito: uso exclusivo de *tu*, uso exclusivo de *você* ou alternância entre *tu* e *você*. A segunda estratégia acusativa mais utilizada foi o pronome *você*, seguida do objeto nulo e dos clíticos *o/a*.

O trabalho de Sales (2007), que analisou os pronomes pessoais em cartas particulares da Bahia escritas na década de 40 do século XX, mostrou que, na função acusativa, os clíticos *te* e *lhe* apresentaram as maiores frequências²: 55,71% e 24,29%, respectivamente.

Oliveira (2014) analisou os complementos dativos de 2ª pessoa em cartas cariocas escritas entre 1880 e 1980. Os resultados gerais revelam que: o pronome *te* é a variante mais produtiva no período analisado, independentemente do tratamento na posição de sujeito; o clítico *lhe* apresenta um caráter [+ formal]; os subgêneros das cartas, o núcleo social dos missivistas e o grau de domínio dos modelos de escrita são fatores que condicionam o uso das formas.

Em síntese, percebe-se que, em quase todos os estudos aqui comentados, o clítico *te* mostrou-se majoritário, tanto como acusativo quanto como dativo. O uso altamente produtivo do pronome em questão indica que essas funções seriam contextos de resistência à inserção da forma gramaticalizada *você*. Além das hipóteses postuladas na *Introdução*, o estudo se propõe a dar conta dos seguintes problemas: As formas variantes de segunda pessoa na posição acusativa são as mesmas ao longo do século XX? Existe uma correlação entre as formas acusativas de segunda pessoa e a forma empregada na posição de sujeito? A inserção de *você* no paradigma pronominal de segunda pessoa na função nominativa interferiu em alguma mudança nas formas acusativas de segunda pessoa.

¹ O estudo de Coelho e Gorski (2011), com base em peças teatrais escritas por autores de Santa Catarina, mostra resultados semelhantes.

² Convém ressaltar que a autora não faz distinção entre as pessoas gramaticais, apenas entre as funções. Sales (2007) dividiu o *corpus* em dois grupos: o primeiro caracteriza documentos de autoria própria, como cartas, bilhetes, dedicatórias e relato pessoal; o segundo apresenta versos, poemas. Os resultados comentados referem-se ao primeiro grupo.

3 O CORPUS

A amostra utilizada para o presente trabalho é constituída por 504 cartas escritas por indivíduos oriundos do Rio de Janeiro e pertencentes a nove diferentes grupos (familiares ou não) entre os anos de 1884 e 1985³. Os missivistas, quando não nasceram nesse estado, nele passaram a maior parte da vida; em função disso, mantiveram suas redes de contato com essa localidade, seja socialmente, seja linguisticamente.

A referência familiar é usada para manter a indicação feita nos arquivos públicos. No *corpus* deste trabalho, contudo, existem cartas que não pertenciam a uma mesma família. Embora haja tal distinção, há certa homogeneidade entre as amostras no que tange à categoria social⁴ à qual os indivíduos pertenceram, apesar de essa característica não ter sido controlada como um grupo de fatores (BERGS, 2012). É certo que a sociedade brasileira dos séculos XIX e XX apresentava uma estratificação social diferente da observada atualmente; contudo, é evidente que existe alguma distinção social orientada por fatores tanto econômicos quanto políticos e socioculturais.

Quanto ao número de informantes, são 23 homens e 21 mulheres, contabilizando 44 remetentes. Entretanto, o número total de redatores refere-se apenas àqueles cujas cartas continham dados de acusativo.

Pode-se observar, a seguir, o quadro 1 que sintetiza as principais informações a respeito do *corpus*.

Quadro 1: Apresentação do *corpus*

Família/Grupo	Período	Quantidade de cartas	Subgênero das cartas
Penna	1896-1926	30	persoais e familiares
Land Avellar	1907-1917	43	familiares
Cruz	1889-1915	54	persoais, familiares e amorosas
Pedreira Ferraz Magalhães	1884-1948	161	familiares
Ilustres fluminenses	1888-1977	40	persoais e familiares
Jayne e Maria	1936-37	46	amorosas
Brandão	1941-1973	50	persoais e familiares
Estudantes cariocas	1979-1985	68	persoais e familiares
Lacerda	1977-1979	12	amorosas

Fonte: elaboração própria

³ A maior parte do corpus foi recolhida no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e está disponível no site do Projeto Laboratório de História do Português – LABORHISTORICO (cf. LOPES, 2013).

⁴ Segue-se o raciocínio de Bergs (2012). O autor salienta que seria um erro falar em classe social com relação a sincronias passadas, uma vez que tal conceito é atual e se aplica às sociedades contemporâneas. O termo “categoria social”, então, seria mais apropriado, por ser mais amplo do que classe social.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

A designação Sociolinguística Histórica aparece no texto de Romaine (1982), *Socio-Historical Linguistics. Its status and Methodology* (1982). A pesquisadora foi pioneira no desenvolvimento metodológico e prático desta disciplina. A proposta da autora é a imbricação das disciplinas da Sociolinguística e da Linguística Histórica em uma Linguística Sócio-histórica: da primeira, aproveita-se, por exemplo, o aspecto social conjugado aos fatores linguísticos; da segunda, levam-se em conta os aspectos sociais e contextuais dos processos históricos da mudança. Bergs (2012), porém, concebe a Sociolinguística Histórica como uma disciplina com potencial em si mesma, que poderia se desenvolver de forma autônoma, separada da Sociolinguística e da Linguística Histórica. De uma forma ou de outra, é certo que a perspectiva em questão possui um caráter interdisciplinar, uma vez que encerra âmbitos de investigação conexos, além de manter estreitas relações com áreas que podem ser de grande ajuda em suas investigações, como a História Social.

Vale ressaltar que o trabalho com um material histórico do passado enfrenta problemas de natureza diversa. Está, nesse caso, por exemplo, a questão da falta de representatividade da documentação em análise, já que, por depender de dados que sobreviveram no tempo, muitos deles podem ser escassos, fragmentários, desiguais e/ou insuficientes.

Levando em consideração, por exemplo, que se dividiu o século estudado em 4 períodos de 25 anos cada, a saber: 1º período – 1880-1905; 2º período – 1906-1930; 3º período – 1931-1955; e 4º período – 1956-1980, não foi tarefa fácil conseguir um número equilibrado e equiparável de cartas pessoais cariocas para todos os períodos que se pretende analisar, sobretudo nos períodos 1 e 4.

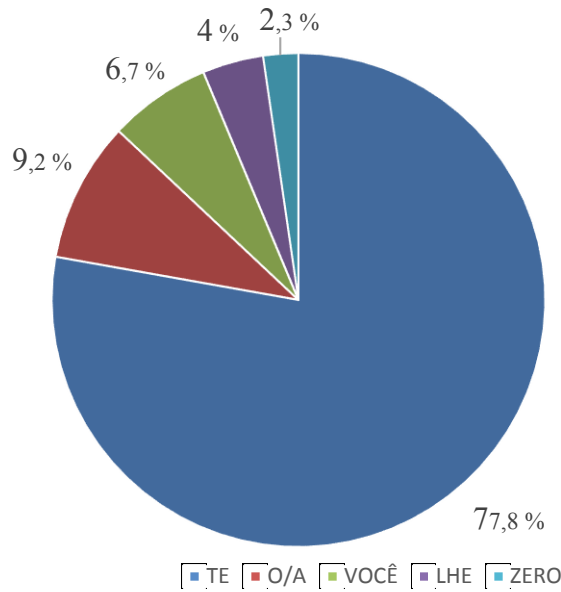
No que tange ao primeiro, quanto mais distante no tempo, mais difícil é encontrar fontes documentais disponíveis. Em relação ao último período, a dificuldade de se achar cartas pessoais deve-se ao fato da mudança no comportamento social em relação ao gênero em si. O aprimoramento da tecnologia nos meios de comunicação acarretou o surgimento de outros gêneros textuais, tais como *e-mail*, *Messenger* via celular ou *Facebook*, o que desfavoreceu a disseminação do gênero carta.

Dessa maneira, no presente estudo, procurou-se organizar uma amostra relativamente homogênea com base em cartas de famílias e de grupos diferentes para cada período de tempo. Assim, os resultados não seriam de uma família particular, mas de vários indivíduos de famílias-grupos que viveram em determinada época. Comparando-se os períodos com as datas das cartas de cada família, verifica-se a preocupação em ampliar as redes sociais de cada período para que a amostra tenha certa representatividade social. Por exemplo, para o 1º período, há cartas das seguintes famílias: Penna, Cruz, Pedreira e Ilustres fluminenses. Para o 2º período, há as seguintes: Penna, Land Avellar, Cruz, Pedreira, Ilustres fluminenses e Jayme e Maria. Isso acontece em todos os períodos, inclusive no último do qual se dispõe de poucos materiais. Tal preocupação dá certa continuidade histórica à fonte documental. Mesmo que a quantidade de cartas e/ou de palavras por período não seja exatamente a mesma, é sabido que a utilização de um Programa Estatístico de regras variáveis GOLDVARB (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001) para a quantificação dos dados dá confiabilidade por conta da relativização dos percentuais brutos de frequência.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No estudo aqui proposto, serão apresentados os resultados relativos a três grupos de fatores analisados: um linguístico e dois extralinguísticos. No primeiro caso, está o controle da *forma de tratamento empregada na posição de sujeito* e no segundo, o *período* em que a carta foi escrita e o *subgênero da carta*. A discussão dos resultados relativos a esses três grupos de fatores discutidos aqui não foi aleatória. Em rodadas estatísticas binárias feitas entre as variantes mais produtivas, como será mostrado adiante (*te vs. o/a*; *te vs você*; *te vs lhe*), esses três grupos foram sistematicamente selecionados pelo Programa estatístico GOLDVARB de regras variáveis como relevantes para explicação do fenômeno.

Em termos da análise global dos dados, foram computados 433 ocorrências de complemento acusativo de 2P. Encontraram-se as formas: *te, o/a, lhe, você* e *objeto nulo*, assim distribuídas em termos de frequência:

Gráfico 1: Percentual de frequência das variantes acusativas de 2P em cartas cariocas (1880-1980)

Fonte: elaboração própria

Como se pode notar no gráfico 1, o clítico *te* foi majoritário, figurando em 337 de um total de 433 dados (77,8%). O clítico de 3ª pessoa *o/a* foi a segunda estratégia mais utilizada, com 9,2% (40/433), seguido do pronome lexical *você*, com 6,7% (29/433) e do clítico *lhe*, com 4% (17/433). O zero foi a variante menos produtiva, com somente 2,3% de ocorrências. Tal resultado pode ser explicado tomando-se por base os estudos de Duarte (1986) e Cyrino (1994) sobre a 3ª pessoa. As autoras verificaram que o traço [-animado] do referente favorece o objeto nulo; entretanto, a 2ª pessoa sempre carrega o traço [+animado], o que não favoreceria o aparecimento do objeto nulo.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados globais e parciais dos principais grupos de fatores selecionados na rodada estatística.

5.1 A INFLUÊNCIA DA FORMA DE TRATAMENTO UTILIZADA NA POSIÇÃO DE SUJEITO

Um dos grupos de fatores linguísticos sistematicamente selecionados para análise da variação entre as estratégias acusativas de 2P foi o tratamento empregado na posição de sujeito presente nas cartas em análise. O intuito, para testar esse grupo, era verificar se a forma utilizada em uma mesma carta na posição de sujeito poderia influenciar na escolha do complemento acusativo. Em caso positivo, confirma-se a hipótese da manutenção da uniformidade de tratamento e, em caso negativo, têm-se evidências da configuração de um quadro pronominal sincrético ou misto no PB. Dessa forma, foi observado se, em uma mesma carta, o remetente usava exclusivamente a forma *tu* na posição de sujeito, como em (6), usava apenas a forma *você*, em (7), ou, ainda, se alternava as duas formas *tu* e *você* nessa posição exemplificado em (8):

- Sujeito **tu** exclusivo

(6) “**Tu** me **mandaste**, meu anjo tenho ido sempre buscar D. Isabellinha que, por signal está muito queixosa porque **tu** não **tens** escripto a ella.” (Carta da Família Oswaldo Cruz, 13-04-1891, grifo nosso)

- Sujeito **você** exclusivo

(7) “se **voçe** podeçe vir no dia 4 eu acho que não ia por que a minha irman que que eu fique a té o dia 17 **sevoçe** podeçe vir no dia 4 e no 17 era bom.” (Carta do Casal Jaime e Maria, 26-09-1936, grifo nosso)

- Sujeito **tu~você**

(8) “Quero que **escrevas** para mim dizendo como foi teu carnaval e dizendo o que **voce** realmente pensa de nós.” (Carta de Ilustres Fluminenses, 24-2-1977, grifo nosso)

Além dessa tripartição proposta por Lopes e Cavalcante (2011) – uso exclusivo de *tu*, uso exclusivo de *você* e alternância entre *tu* e *você* –, foram identificadas, na amostra analisada, outras estratégias de referência à 2P não relevantes para os limites deste estudo. É o caso do tratamento *o/a senhor(a)*. Em algumas cartas não havia nenhuma forma de tratamento (nem *tu*, nem *você*) que apresentaram, contudo, formas acusativas de 2P. Nesse caso, considerou-se como ‘sem referência’ por falta de um termo melhor.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento acusativo de 2P na amostra:

Tabela 1: Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias acusativas de 2P

Sujeito/Acus.	Te	Você	o/a	Lhe	Zero	TOTAL
Tu exclusivo	168 94,4%	4 2,2%	2 1,1%	1 0,6%	3 1,7%	178 41,1%
Você exclusivo	60 50,8%	19 16,1%	26 22%	10 8,5%	3 2,5%	118 27,3%
Tu~Você	103 81,7%	6 4,8%	7 5,6%	6 4,8%	4 3,2%	126 29,1%
O Senhor	-	-	4 100%	-	-	4 0,9%
Sem referência	6 85,7%	-	1 14,3%	-	-	7 1,6%
TOTAL	337 77,8%	29 6,7%	40 9,2%	17 3,9%	10 2,3%	433 100%

Fonte: elaboração própria

A Tabela 1 reitera o gráfico 1 no que tange ao fato de o clítico *te* ter sido a estratégia acusativa mais empregada independentemente da forma utilizada na posição de sujeito. A exceção se deu quando o tratamento era *o senhor*, com a qual não houve dados de *te*. Apesar dessa preponderância generalizada, observam-se índices distintos, pois as frequências foram maiores nas cartas em que o *tu* estava presente, seja em uso exclusivo (94,4%), seja variando com o *você* (81,7%), além de ter sido frequente inclusive nas cartas em que o tratamento na função de sujeito não foi expresso (85,7%). O emprego altamente produtivo do clítico *te* frente às outras estratégias (77,8%) e o seu predomínio com os três tipos de tratamento na posição de sujeito (*tu* exclusivo, *você* exclusivo e *tu~você*) pode ser um indicio de que, na função acusativa, a forma *te* teria se generalizado na referência à 2P pelo menos na documentação referente ao Rio de Janeiro. Esse indicio fica ainda mais forte quando se observa que, até quando não se expressa o tratamento na posição de sujeito (as ditas cartas “sem referência”), o *te* é a estratégia mais produtiva.

Na Tabela 2, são apresentadas as análises parciais. Os resultados relativos a rodadas estatísticas binárias ratificam que variável *tratamento empregado na posição de sujeito* foi um contexto bastante favorecedor no uso das variantes acusativas de 2P. Nota-se que tal grupo de fatores foi selecionado nas duas rodadas que contrapunham o clítico *te* às antigas formas de 3ª pessoa: *o/a* e *lhe*. Os pesos relativos para *te* quando o sujeito da carta era exclusivamente *tu* atingiu (.87) na análise de *te* vs. *o/a* e (.76) na de *te* vs. *lhe*:

Tabela 2: Atuação da variável *forma de tratamento na posição de sujeito*: rodadas binárias parciais

<i>Te vs. o/a</i>				<i>Te vs. lhe</i>			
Sujeito	N/Total	%	P.R.	Sujeito	N/Total	%	P.R.
Tu exclusivo	168/170	98,8%	0.87	Tu exclusivo	168/169	99,4%	0.76
Você exclusivo	60/86	69,8%	0.04	Você exclusivo	60/70	85,7%	0.14
Tu~Você	103/110	93,6%	0.34	Tu~Você	103/109	94,5%	0.32

Fonte: elaboração própria

Valor de Aplicação: *te*

Como se viu nas Tabelas 1 e 2, a frequência e o peso relativo das outras estratégias foram bastante baixos quando *tu* na aparecia na posição de sujeito como única estratégia ou em variação com *você*. Os raros dados de formas originalmente de 3ª pessoa (dois casos de *o/a* e um de *lhe*) com o *tu*-sujeito foram localizados em cartas das décadas de 1920 e 1930. Tal fase coincide justamente com a entrada de *você* na posição de sujeito, como mostraram alguns autores (cf. DUARTE, 1995; MACHADO, 2006, 2011; RUMEU, 2004, 2008; SOUZA, 2012).

(9) “[...] pareço ouvir-te falar, ou então ouvir-te jamar pelo meu nome, pareço vel-**a**, mas tudo isso não passa de uma ilusão, porque **estas** tão longe.” (Carta do Casal Jaime e Maria, 24-09-1936, grifo nosso)

(10) “Creio entretanto que **pódes** contar com esse dinheiro [...] Do irmão muito e muito amigo que ternamente **o** abraço. Fernando – S.S.J.” (Carta da Família Pereira e Ferraz, 24-03-1922, grifo nosso)

(11) “gosto muito que **sejas** franca commigo, mas a imprudencia foi mesmo de Fernando [...] Com affecto **lhe** abraço” (Carta da Família Pereira e Ferraz, 05-07-1922, grifo nosso)

Essa “assimetria no tratamento” de *tu*-sujeito com as antigas formas acusativas de 3ª pessoa ocorreu apenas das décadas citadas e em dois conjuntos de famílias/grupos específicos: cartas do casal de noivos Jayme e Maria e da família Pedreira Ferraz Magalhães. Ambos apresentam perfis sociais, por assim dizer, medianos e representativos de um português brasileiro comum. Jayme e Maria eram moradores do subúrbio carioca, pouco letrados e os membros da família Pedreira Ferraz Magalhães, embora tenham tido acesso à educação, não eram extremamente “ilustres”⁵, como mostrou Rumeu (2008). O fato de terem sido encontradas ocorrências de *tu*-sujeito com *o/a/lhe*-acusativo nessas amostras, mesmo que bastante esporádicas, pode evidenciar i) a emergência do paradigma de *você* a partir de 1930 e/ou ii) a artificialidade da requisitada uniformidade de tratamento no português brasileiro desde a primeira metade do século XX.

Nas cartas em que se empregou exclusivamente o *você* na posição de sujeito, observou-se que, apesar de o clítico *te* ter se mantido como a variante mais frequente, com quase 51% na Tabela 1, esse índice foi mais baixo do que nos outros dois tipos (*tu*-exclusivo e *você~tu*). Outro aspecto importante foi o uso mais diversificado das formas do paradigma de *você* que, juntas, atingiram 46,7% dos dados: *você* – 16%; *o/a* – 22,2% e *lhe* – 8,5% (vide Tabela 1). É bem provável que cartas com *você*-sujeito tenham apresentado uma maior variação das estratégias acusativas por conta de se ter aí um sistema pronominal novo ainda em formação no período estudado.

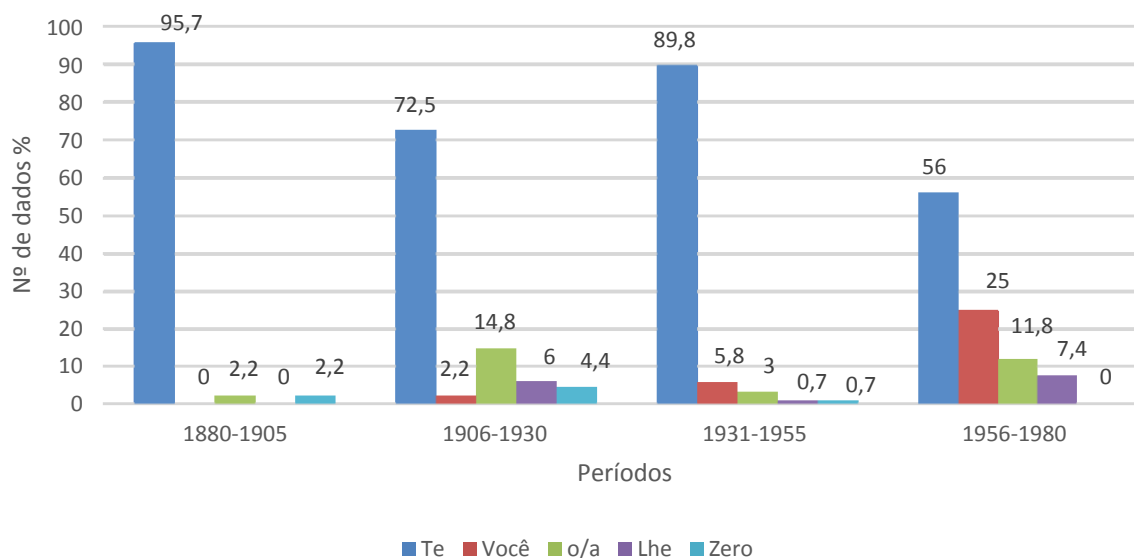
⁵ Como nem sempre é possível identificar o nível de escolaridade dos remetentes de sincronias passadas, consideramos no estudo como pessoas ilustres os remetentes que faziam parte das classes mais abastadas da sociedade da época, como os políticos, por exemplo.

Por fim, nas cartas com alternância entre *tu* e *você* na posição de sujeito, o clítico *te* foi novamente a estratégia majoritária (81,7% na Tabela 1, 93,6% e 94,5% na Tabela 2), indicando que esse clítico pode associar-se tanto ao paradigma de *tu* quanto ao de *você*.

5.2 O PAPEL DA VARIÁVEL PERÍODO

Outro grupo controlado no estudo foi o período de tempo em que a carta foi escrita. O controle foi feito, tendo em vista intervalos de 25 anos, a fim de observar a atuação do complemento acusativo de 2P em cada um deles: 1) 1880 – 1905; 2) 1906 – 1930; 3) 1931 – 1955; e 4) 1956 – 1980. Nas rodadas binárias parciais, o período foi selecionado tanto na rodada em que se opunha o clítico *te* à forma *você* quanto naquela em que se analisava *te* vs. *o/a*. O gráfico 2 apresenta os resultados gerais da variável extralinguística *período* com distribuição das formas acusativas de 2P ao longo do século em estudo. Os resultados parciais serão apresentados na seqüência:

Gráfico 2: Distribuição das formas acusativas ao longo de um século



Fonte: elaboração própria

Primeiramente, observa-se que o clítico *te* foi majoritário, ultrapassando os 50% em todos os períodos. Contudo, no último período, sua frequência foi menor em favor do aumento das demais estratégias. É também relevante destacar o aumento gradativo do pronome lexical *você*: começa com apenas 2,2% de ocorrências no 2º período (1906-1930), chegando aos 25% no último período (1956-1980).

A Tabela a seguir, com os resultados relativos à variação *te* vs. *você*, atesta o que foi observado na análise geral dos dados. Percebe-se o favorecimento de *te* nas duas primeiras fases do século XX (.58) e (.52). Na última fase, houve desfavorecimento para o clítico *te* (.25), o que evidencia, por oposição, um incremento de *você*. Esse resultado do pronome *você* como acusativo é interessante por confirmar a hipótese aqui levantada de que essa estratégia começaria a atuar como pronome acusativo de 2P a partir das décadas de 1920 e 1930. É nessa época que tal forma teria se implementado no quadro de pronomes (cf. DUARTE, 1995; MACHADO, 2006; 2011; RUMEU, 2004, 2008).

Tabela 3: Atuação da variável período na variação entre *te* e *você* acusativos

Período	N/Total	%	P.R.
1906-1930	132/136	97,1%	0.58
1931-1955	123/131	93,9%	0.52
1956-1980	38/55	69,1%	0.25

Fonte: elaboração própria

Valor de Aplicação: *te*

Quanto às demais estratégias, os clíticos *o/a* apresentaram um comportamento variável ao longo do período, com índices oscilantes, mas que não ultrapassaram 15% de frequência, no 2º período, como mostra o gráfico 2. A Tabela 4, com os resultados de *te* vs. *o/a*, reitera tal comportamento no momento em que apresenta o menor peso relativo para *te* (.25) justamente entre 1906-1930. Dos 40 dados dos pronomes *o/a* encontrados em nossa amostra, 23 foram produzidos por membros da família Pedreira Ferraz Magalhães nessa época. Em relação ao clítico *lhe*, observa-se que o mesmo não foi recorrente na amostra de cartas cariocas, pois os índices não atingem 8% na fase em que é mais produtivo (1954-1980), conforme ilustrado no gráfico 2.

Tabela 4: Atuação da variável período na variação entre *te* e *o/a* acusativos

Período	N/Total	%	P.R.
1880-1905	44/45	97,8%	0.63
1906-1930	132/159	83%	0.25
1931-1955	123/127	96,9%	0.72
1956-1980	38/46	82,6%	0.61

Fonte: elaboração própria

Valor de Aplicação: *te*

5.3 O SUBGÊNERO DA CARTA

Por fim, adotando os mesmos critérios de Souza (2012), foram considerados os seguintes subgêneros de cartas analisados: (i) pessoais (ou menos familiares), que seriam de cunho pessoal, com um menor grau de intimidade; (ii) familiares, trocadas entre parentes com um grau mediano de intimidade; e (iii) amorosas, escritas entre casais com alto grau de intimidade. A hipótese norteadora era a de que o alto grau de intimidade e de [-formalidade] favoreceriam o emprego das formas do paradigma de *tu*, ao passo que cartas [-íntimas] e [+formais] seriam ambientes mais propícios para o clítico *lhe* e/ou para *o/a* (cf. GOMES, 2003; ALMEIDA, 2009). Nas três rodadas binárias realizadas (*te* vs. *você*, *te* vs. *lhe* e *te* vs. *o/a*), o subgênero da carta foi considerado relevante pelo Programa GOLDVARB. A Tabela 5 mostra os resultados gerais da correlação entre o subgênero da carta e as estratégias acusativas:

Tabela 5: Correlação entre o subgênero da carta e as estratégias acusativas

	Te	Você	o/a	Lhe	Zero	Total
Carta pessoal	10 27,8%	8 22,2%	12 33,3%	6 16,7%	-	36 8,3%
Carta familiar	165 76,7%	3 1,4%	27 12,6%	11 5,1%	9 4,2%	215 49,7%
Carta de amor	162 89%	18 9,9%	1 0,5%	-	1 0,5%	182 42%
TOTAL	337 77,8%	29 6,7%	40 9,2%	17 3,9%	10 2,3%	433 100%

Fonte: elaboração própria

Em relação às estratégias acusativas, o clítico *te* foi mais produtivo nas cartas familiares e amorosas. Nas cartas pessoais, entretanto, os clíticos *o/a* tiveram as frequências mais altas com 33,3%. Também nessas cartas, houve uma disputa mais acirrada entre as variantes acusativas: 27,8% para *te*, 22,2% para *você*, 33,3% para *o/a* e 16,7% para *lhe*.

As rodadas parciais binárias que constam da Tabela 6, a seguir, apresentam os pesos relativos com valor de aplicação para o clítico *te*:

Tabela 6: Atuação da variável *subgênero da carta: rodadas binárias*

Subgênero da carta	<i>Te vs. o/a</i>			<i>Te vs. você</i>			<i>Te vs. lhe</i>		
	N/T	%	P.R.	N/T	%	P.R.	N/T	%	P.R.
Pessoal	10/22	45,5%	0.04	10/18	55,6%	0.07	10/16	62,5%	0.001
Amorosa	162/163	99,4%	0.83	162/180	90%	0.39	162/162	100%	--
Familiar	165/192	85,9%	0.26	165/168	98,2%	0.67	165/176	93,8%	0.64

Fonte: elaboração própria

Valor de Aplicação: *te*

Os resultados parciais atestam o que fora observado na rodada geral: favorecimento para *te* em cartas amorosas (*te vs. o/a* com .83) e familiares (*te vs. você* com .67 e *te vs. lhe* com .64) No que tange às cartas amorosas, o clítico *te* reina quase absoluto, com mais de 90% em todas as análises. Tal resultado confirma a hipótese anteriormente mencionada de que as cartas amorosas favoreceriam o uso da forma *te* – relacionada ao paradigma do pronome *tu* – uma vez que tanto esse tipo de carta quanto o referido pronome possuem um caráter [+íntimo]. Percebe-se ainda que as cartas amorosas não apresentaram dados da variante *lhe*. Tal resultado pode evidenciar que esse clítico figuraria em cartas [-íntimas], confirmando as hipóteses de Gomes (2003) e Almeida (2009).

Observando de maneira mais apurada todas as ocorrências de *lhe* na amostra em estudo, percebeu-se que, nas cartas pessoais, essa variante apareceu quando o remetente tratava de assuntos profissionais /acadêmicos, como no exemplo (12), ou ainda, quando havia uma relação tensa entre os interlocutores:

(12) “Meu caro Jackson, Sua carta é admirável. E eu, como incorrigível crente no espírito, lamentei, mais uma vez, que essa sua terrível vida de luta, com as lesmas do nosso jornalismo dissolvente, não *lhe* permita escrever a obra longa, continuada, meditada, que você tem a obrigação de nos dar. [...] Se Deus **lhe** poupar na luta, a obra virá e mais perfeita. É o meu consolo.” (Carta dos Ilustres Fluminenses, 24-04-1927, grifo nosso)

Nas cartas pessoais que tratavam de assuntos profissionais/acadêmicos, assim como em uma carta em que se nota uma relação de tensão entre remetente e destinatário, detecta-se maior seriedade e uma escrita com forte distância comunicativa. Dessa maneira, os dados de *lhe*, nesses casos, parecem ter sido motivados pelo seu caráter [+ formal].

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, com base em uma amostra de cartas escritas no Rio de Janeiro, revelou que o clítico *te* foi o mais empregado como complemento acusativo de 2P, independentemente da forma de tratamento empregada na posição de sujeito, seja em cartas familiares, seja em cartas amorosas ao longo de todo o século (1880-1980).

Quanto aos problemas levantados inicialmente, o trabalho mostrou que, no que se refere à forma empregada na posição de sujeito, a predominância do *te* com as três possibilidades variáveis na posição de sujeito (*tu*, *você*, *tu~você*) confirmou que, desde o início do século XX, o quadro pronominal de 2P sofreu uma nova configuração com a perda da uniformidade de tratamento ainda apregoada pelo ensino tradicional. Os resultados mostraram que (i) a forma na posição de sujeito condicionou, em parte, o uso da estratégia acusativa, (ii) o pronome original *te* foi a estratégia mais produtiva como pronome acusativo de 2P, e, em função disso, (iii) a posição acusativa é mais resistente à entrada do pronome *você*; o que evidenciaria, no Rio de Janeiro, uma generalização da forma *te* em função acusativa na 2ª pessoa do singular.

Em relação às hipóteses levantadas na introdução, todas foram atestadas, inclusive o caráter mais formal atribuído ao clítico *lhe*. Tal forma, como se viu, não ocorreu em cartas amorosas, prevalecendo em contextos formais, como foi o caso das cartas pessoais que tratavam de assuntos profissionais, acadêmicos e/ou com relação tensa entre remetente e destinatário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. de S. *Quem te viu quem lhe vê: A expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BERGS, A. The uniformitarian principle and the risk of anachronisms in language and social history. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. (Ed). *The handbook of historical sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p.80-98.
- BRITO, O. R. M. “Faça o mundo te ouvir”. *A uniformidade de tratamento na história do português brasileiro*. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001.
- CAMARGO JUNIOR, A. R. *A realização do objeto direto em referência ao interlocutor*. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COELHO, I. L.; GORSKI, E. A variação no uso dos pronomes tu e você em Santa Catarina. In: LOPES, C.; REBOLLO, L. (Ed.) *Formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p.263-287.
- CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolingüística história*. Madrid: Gredos, 2007.

- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994.
- DALTO, C. D. de L. *Estudo sociolinguístico dos pronomes objeto de primeira e de segundas pessoas nas três capitais do Sul do Brasil*. 2002. 133 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e objeto nulo no português do Brasil*. 1986. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.
- _____. *A perda do princípio 'Evite pronome' no português brasileiro*. 1995. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem, Campinas, 1995.
- GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 81-96.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. *The handbook of historical sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- LEMOS, R. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LOPES, C. R. dos S. Projeto Laboratório de História do Português (LABORHISTORICO). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/laborhistorico>>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- LOPES, C. R. dos S. O quadro de pronomes pessoais: descompasso entre pesquisa e ensino. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 116-141, 2012.
- _____. Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, C. ABRAÇADO, J. (Org.). *Português Brasileiro II - contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, v. 2, 2008. p. 55-71.
- _____.; CAVALCANTE, S. R. de O. "A cronologia do *voceamento* no português brasileiro: expansão de *você*-sujeito e retenção do clítico-*te*". *Revista Linguística*, v. 25, p. 30-65, jun. 2011. Disponível em: <http://www.linguisticafal.org/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- MACHADO, A. C. M. *A implementação de "você" no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MACHADO, A. C. M. *As formas de tratamento nos teatros brasileiro e português dos séculos XIX e XX*. 2011. 237 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- NUNES DE SOUZA, C.; COELHO, I. O sistema de tratamento em Santa Catarina: uma análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX. *Revista do GELNE*, Natal, v. 15, n. 1/2, p.213-243, 2013.
- OLIVEIRA, T. L. de. *Entre o linguístico e o social: complementos dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980)*. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. *GoldVarb 2001: a multivariate analysis application for Windows*. User's manual. 2001.

ROMAINE, S. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge University Press: New York, 1982.

RUMEU, M. C. de B. *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. 2004. 286 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel*. 2008. 276 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SALES, I. A. *Aspectos lingüísticos e sociais no uso dos pronomes em cartas pessoais baianas*. 2007. 366 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, J. P. F. *Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

Recebido em 24/09/2015. Aceito em 08/11/2015.